

AÇÃO COLABORATIVA ENTRE DOCENTES NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Cássia Eufrásia da Silva Costa ¹

Cristiana de Paula Santos ²

RESUMO

O presente estudo aborda a ação colaborativa entre professores de sala comum e professor da sala de recurso multifuncional -SRM da rede regular de ensino de Fortaleza para a inclusão de alunos com deficiência intelectual. O trabalho de ação colaborativo propõe a prática da política inclusiva na escola com a soma dos esforços não só de um profissional de forma individual, mas também de todos que lá frequentam. Todavia, o trabalho do professor do AEE, de forma isolada, não tem forças para alcançar (complementar e suplementar) a sala de aula comum, resultando em uma escola de barreiras para o aluno que, nela, encontra impedimentos de acessibilidade estrutural e atitudinal. A ação colaborativa entre os docentes tem a finalidade de alcançar o melhor desenvolvimento do aluno com deficiência e permitir ao professor do AEE o acesso ao ambiente da sala de aula comum, com o intuito de observar e perceber, com o professor de sala comum, quais as barreiras neste espaço, assim, pensando juntos é possível que se diminuam os desafios visíveis na escrita, no comportamento, na interação e na socialização. Metodologia, pesquisa ação com aplicação de oficinas. Os autores que embasaram a pesquisa (Mantoan; Lanuti, 2022), contribuindo na compreensão de que ensinar um conteúdo curricular é função exclusiva do professor da sala comum e as contribuições de um professor do AEE dizem respeito a recursos e serviços de acessibilidade. O estudo resulta na identificação de uma ação aos docentes que permeiam sobre informações do aluno na sala comum, planejamento entre os docentes e conhecimento do contexto do aluno.

Palavras-chave: Ação colaborativa, Docentes, Inclusão, Deficiência Intelectual.

¹Mestre pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente (PPGEF) pelo Instituto Federal do Ceará – IFCE, cassiaazul2@gmail.com

² Mestre pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente (PPGEF) pelo Instituto Federal do Ceará – IFCE, cristianadepaulas@gmail.com



INTRODUÇÃO

É importante reafirmar a função dos professores e suas atribuições, para que não haja troca de responsabilidades, deixando claro o que é a ação colaborativa entre docentes. Assim, reiteramos que a função do professor de sala comum é ensinar o conteúdo acadêmico, que corresponde a sua disciplina de formação, ou seja, à graduação, e a função do professor de AEE é elaborar e executar o plano de AEE bem como estabelecer articulação com os professores de sala comum, gestão e família.

A ação colaborativa é contínua, ocorrendo no compartilhamento de informações desde o planejamento até a prática na sala de aula comum e na sala de recurso multifuncional (SRM), com ações que foram pensadas de forma intencional para que o aluno com deficiência intelectual possa participar das atividades como os seus colegas de sala. Esta ação no planejamento se torna uma via de mão dupla para os docentes, já que, enquanto o professor de sala comum traz suas dúvidas e queixas no planejamento sobre o aluno, ele, também, traz o conhecimento sobre como o aluno está se comportando, atualmente, dentro da sala de aula comum, que é um espaço diferente da SRM. Na outra via, o professor especialista do AEE, além de suas observações anteriores sobre o aluno, com contribuições do novo conhecimento adquirido neste planejamento, vai alimentado o estudo de caso do aluno e consolidando informações já adquiridas para as intervenções com o plano de AEE e as estratégias de como aplicar ações do plano na SRM, levando informações do contexto do aluno de como é mais viável ele aprender e o que ele já consolidou.

METODOLOGIA

A pesquisa foi de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e quanto o objetivo, exploratória. A pesquisa ocorreu em duas escolas, uma de tempo parcial e outra de tempo integral.

Se utilizou o método de pesquisa-ação, em que envolve os participantes no processo investigativo, ou seja, professores da SC e professores do AEE. Segundo Thiollent, a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social:

com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2009, p.16).



De acordo com ideias expressas por Thiollent, os objetivos da pesquisa-ação é: contribuir para o melhor equacionamento do problema; levantar soluções e propostas de ações para resolução do problema; contribuir para a situação da ação estudada; obter informações sobre a situação estudada; obter informações de difícil acesso; desenvolver a consciência coletiva nos planos políticos e culturais; e produzir conhecimento (SILVA; OLIVEIRA; ATAÍDES, 2021).

A pesquisa-ação não é constituída apenas pela ação ou pela participação. Com a pesquisa-ação é possível construir conhecimento, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas (THIOLLENT, 2011, p.30).

REFERENCIAL TEÓRICO

No planejamento, o professor da sala comum apresenta o conteúdo que irá abordar na turma; em contrapartida, o professor de AEE apresenta as fragilidades e as potencialidade do aluno, que são informações contidas no plano de AEE. Na figura 1, é apresentado o esquema do trabalho colaborativo entre os docentes. No estudo, não estamos nos remetendo a um ensino colaborativo, e sim a uma “ação” colaborativa, que envolve, no trabalho, uma intencionalidade e um propósito para que os dois professores possam alcançar a inclusão deste aluno na escola.

Inclusão é direito de todos, no que se refere a constituição de 88 no Art.205, “a educação como direito de todos e dever do estado e da família, visando o pleno desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” no Art.206 inciso I, “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL,2011).



Figura 1 - Esquema de trabalho colaborativo entre os docentes: professor de sala comum (PSC) e professor da sala de recurso multifuncional (PSRM) no momento de planejamento.



Fonte: elaborada pela autora (2023).

Para que haja uma maior compreensão do professor da sala comum sobre o diagnóstico do aluno e as atitudes de intervenção que possam subsidiar o desenvolvimento cognitivo do aluno, faz-se necessária uma relação de colaboração entre os docentes da sala de recurso multifuncional e o da sala comum, assim o trabalho desenvolvido em um espaço será complementar ao desenvolvido no outro.

Essa colaboração não diz respeito a uma parceria que interfere no ensino curricular, próprio da sala comum. O reconhecimento da importância da parceria entre os professores de sala de aula comum e professores do AEE, não pode estar associado com atividades conhecidas como coensino, bi-docência, consultoria colaborativa e outros arranjos que desvirtuam o sentido do AEE. Acontece que essas ideias estão baseadas na justificativa de que a inclusão escolar demanda o “apoio mútuo” e o “compartilhamento da responsabilidade” entre os professores da sala comum e do AEE. No entanto, essas sugestões de parcerias, com as quais não concordamos, subvertem propositalmente o que se entende por trabalho colaborativo ao que se denomina, nesses casos, por “ensino colaborativo”. Sabemos que ensinar um conteúdo curricular é função exclusiva do professor da sala comum e as contribuições de um professor do AEE dizem respeito a recursos e serviços de acessibilidade (MANTOAN; LANUTI, 2022, p.70).

Para o aluno com deficiência, busca-se o ideal de atividades que sejam desafiadoras, atraentes e possíveis de serem realizadas, abordando possibilidades de acesso ao conteúdo e à aprendizagem, sem excluir o aluno das atividades escolares, resultando no desenvolvimento cognitivo do estudante.



A lei brasileira de inclusão aborda a definição de deficiência, lei nº13.146/2015, art.2º. pessoa com deficiência, é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL,2015).

Nesse sentido, tanto o professor da sala comum, que é responsável pelo aluno na sala comum, quanto o professor da sala de recurso multifuncional, que é responsável no Atendimento Educacional Especializado, precisam ter informações sobre o nível de conhecimento desse educando bem como as funções psicológicas elementares e superiores já consolidados por ele, para auxiliar o seu processo de ensino e aprendizagem na sala de aula comum, tendo em vista que o docente é um dos grandes colaboradores para permanência deste estudante na escola.

Cabe explicitar que Vygotsky considera como funções superiores: atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos e desenvolvimento da vontade, funções estas necessariamente solicitadas no processo educacional e na escolarização propriamente. (KASSAR, 1995, p. 151).

O aluno com deficiência intelectual³ possui fragilidades perceptivas na memória, tendo dificuldades de aprendizagem e oscilações na memória de longo prazo, repercutindo em dificuldades na assimilação de conteúdos acadêmicos. Por isso, os conteúdos acadêmicos (português, matemática, história, religião, ciências, educação física e inglês) devem ter sentido para sua compreensão para que funções psíquicas elementares possam evoluir na construção de construtos para funções psíquicas superiores.

Vale salientar que a relação temporal de desenvolvimento que o aluno com DI tem em relação aos processos de ensino é diferente ao desenvolvimento de suas funções psicológicas, ou seja, o aluno, para tomar consciência do aprender a ler e a escrever, não está no mesmo ritmo que o professor do ensino fundamental dos anos finais ensina aos alunos sem deficiência intelectual. Assim, o ritmo desse aluno é outro, é mais lento, ou

³ Deficiência intelectual: funcionamento intelectual, significativamente, inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde, segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html> Acesso em: 18 mar 2025.



seja, ainda não se preencheram suas estruturas cognitivas para amadurecerem algumas habilidades necessárias, com isso se faz necessário identificar o que o aluno já sabe para auxiliar na construção do conhecimento científico do aluno. Situações como essa deixa o professor da sala comum com dúvidas, incertezas de como lidar com estes fatos e de como planejar aulas e avaliações para todo o público de sua sala sem excluir os seus alunos.

Para conhecer melhor o aluno com DI, é papel do professor do AEE orientar, de forma pedagógica, professores e famílias, tornando possível o entrelaçamento de informações sobre o aluno, em relação ao que é experienciado por ele a partir do estudo de caso, que é desenvolvido pelo professor do AEE para construção do plano, o qual permitirá que os professores trabalhem colaborativamente, no planejamento. Assim, o estudo de caso permite conhecer o histórico da vida do aluno, da gestação ao estudo na sala de aula, é um documento sigiloso, direcionado para o trabalho do professor de AEE, que subsidia a construção do seu plano. A avaliação, para construção do estudo de caso, alcança três ambientes principais do aluno: Sala de Recursos Multifuncionais, sala de aula e família. Na escola, a avaliação deve ocorrer em diferentes ambientes e em diferentes momentos, por exemplo: o professor do AEE deve observar a organização e a gestão da sala de aula, o recreio, as brincadeiras, as atividades realizadas na biblioteca e no laboratório de informática (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010).

Com o diagnóstico do aluno em mãos, o professor do AEE, por meio do estudo de caso e do plano de cada aluno, poderá intervir com o professor de sala comum, orientando que tipo de material pedagógico poderá ser favorável ao desenvolvimento das suas habilidades. Assim, o PSC conseguirá identificar o nível cognitivo do estudante para desenvolver e avaliar o objetivo de aprendizagem, para ele, naquela disciplina. As atividades propostas devem contemplar o conhecimento de cada um, valorizando o processo de como chegou à leitura e à escrita, que já domina. Além do mais, O professor do AEE, articulado com o PSC, no planejamento, poderá construir estratégias de ensino para despertar curiosidades na disciplina abordada, em sala de aula comum, possibilitando a construção das funções mentais superiores.

No que se refere à mediação, Gondin reafirma a importância do professor e a sua influência no comportamento do aluno. Baseado na Teoria histórico-cultural de Vygotsky, é por meio das interações sociais que o indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores.



Funções estas que aparecem duas vezes no curso do desenvolvimento da criança: a primeira vez nas atividades coletivas, nas atividades sociais, ou seja, como funções intersíquicas; a segunda, nas atividades individuais, como propriedades internas do pensamento da criança, ou seja, como funções intrapsíquicas (VYGOTSKY, 2001 Apud GONDIN, 2013, p.04).

Dessa maneira, a ação colaborativa entre os docentes tem a finalidade de alcançar o melhor desenvolvimento do aluno com deficiência e permite ao professor do AEE o acesso ao ambiente da sala de aula comum, com o intuito de observar e perceber, com o professor de sala comum, quais as barreiras neste espaço, assim, pensando juntos é possível que se diminuam os desafios visíveis na escrita, no comportamento, na interação e na socialização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta proposta de planejamento com ação colaborativa entre os docentes busca-se desenvolver atitudes de acessibilidade ao aluno com deficiência intelectual. “Assim é importante considerar que uma das grandes responsabilidades do professor de sala de aula, bem como do professor do AEE, consiste no desenvolvimento intelectual e da autonomia do seu aluno” (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010, p.31). Assim trago alguns pontos que devem ser relevantes nesta ação colaborativa entre os docentes

- I. Primeiro a organização da sala de aula para atividades cooperativas entre os alunos, contemplando a equidade (a igualdade de oportunidades), favorecendo a inclusão de todos;
- II. Atividades de sala, que possam contemplar todos os alunos, buscando realizar conexões com o seu contexto, a fim de proporcionar as suas potencialidades na arte, na oralidade e na criatividade;
- III. O aluno, no ambiente escolar, terá a sala de recurso multifuncional como espaço complementar ou suplementar ao seu desenvolvimento. A sua frequência assídua é na sala de aula, com alunos da sua faixa etária;
- IV. Os conteúdos devem ser os mesmos para todos, respeitando o nível cognitivo do aluno e permitindo a flexibilização assim como o apoio de recurso pedagógico para se alcançar o objetivo de aprendizagem do aluno;
- V. A articulação entre docentes, com diálogo e com maior compartilhamento de informações sobre o aluno, possibilitando a construção de atividades que valorizem a sua participação, evitando a sua exclusão;



- VI. A avaliação através de diversas oportunidades para avaliar o aluno na sala de aula, com o professor identificando o ponto inicial do aluno e se percebendo como mediador do processo para auxiliá-lo a alcançar suas funções cognitivas superiores;

O planejamento é uma etapa do processo de ensino do professor, que permitirá o diálogo do professor da sala comum com o professor do AEE. Para a realização deste momento, é necessária a disponibilidade de tempo assim como o conhecimento das atribuições do PSRM. Nesta categoria, é identificada a importância da função do professor de AEE para a articulação nos espaços da escola, visto que ele é o profissional que atua na sala de recurso multifuncional e desenvolve a articulação com professores, famílias, gestão da escola e funcionários, para que as barreiras percebidas pelo aluno dentro das escolas sejam derrubadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tempo para planejamento, com a intervenção do professor de AEE, contribui para que o professor de sala comum possa conhecer o aluno em suas fragilidades e potencialidades. E a importância da função do professor de AEE para a articulação nos espaços da escola, colaborando no uso de recursos pedagógicos da sala comum.

A pesquisa evidenciou que a ação colaborativa entre os professores da sala comum e do AEE é essencial para a efetivação da inclusão escolar dos alunos com deficiência intelectual.

O trabalho conjunto, sustentado pelo diálogo e pela troca de saberes, possibilita práticas pedagógicas mais acessíveis e significativas. A articulação entre os docentes favorece o planejamento intencional, o acompanhamento contínuo e a construção de estratégias voltadas ao desenvolvimento cognitivo e social do aluno.

Observou-se que o compartilhamento de informações e o estudo de caso são instrumentos fundamentais para compreender as potencialidades e necessidades de cada estudante. Assim, a colaboração docente consolida o princípio da inclusão previsto na Lei Brasileira de Inclusão, transformando o cotidiano escolar em um espaço de aprendizagem, respeito e equidade.

O estudo resulta na identificação de uma ação aos docentes que permeiam sobre informações do aluno na sala comum, planejamento entre os docentes e conhecimento do contexto do aluno.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015.** Instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência(Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 mar. 2025.

GOMES, A. L. L; POULIN, J.R; FIGUEIREDO, R. V. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar.** O atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. 31p.

GONDIN, R.V. A construção dos significados na teoria de Vygotsky: possibilidades cognitivas para a realização da leitura. Criar educação. **Rev. PPGE-UNESC**, v.2, n.1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/1178> Acesso em: 05 set. 2025.

KASSAR, M.C.M. Funções mentais superiores e a formação da consciência em sujeitos com deficiência mental grave. Implicações pedagógicas. In: SMOLKA.A.L.B. NOGUEIRA. A.L.H. (org). **Estudos na perspectiva de Vigotski** - gênese e emergência das funções psicológicas. [S.l.]: Mercado Letras. 1995. P.151-171.

MANTOAN, M.T.E., LANUTI, J.E.O.E. **A escola que queremos para todos.** Curitiba: CRV, 2022.

THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa-ação.** 18.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

